

Carioca come frutas e verduras com agrotóxicos

Exames apontam excesso de defensivos agrícolas em cinco produtos: morango, figo, brócolis, agrião e vagem manteiga

Edgar Arruda

• Uma pesquisa realizada pela Comissão de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa constatou que parte das frutas e verduras distribuídas no Rio contém resíduos de agrotóxicos acima dos limites toleráveis para o organismo. De 13 produtos que foram examinados em laboratório, cinco deles (morango, figo, brócolis, agrião e vagem manteiga) estavam contaminados por excesso de agrotóxicos. A Comissão Estadual de Controle de Agrotóxicos e Outros Biocidas (Cecab), que deveria estabelecer toda a política de agrotóxicos no estado, inclusive o monitoramento de resíduos tóxicos em alimentos, não funciona desde 1991 e somente agora está em processo de reestruturação. Sem a definição dessa política, o comércio e o uso dos agrotóxicos ocorre sem controle e são poucas as ações que estudam as reações dos produtos químicos na saúde dos agricultores.

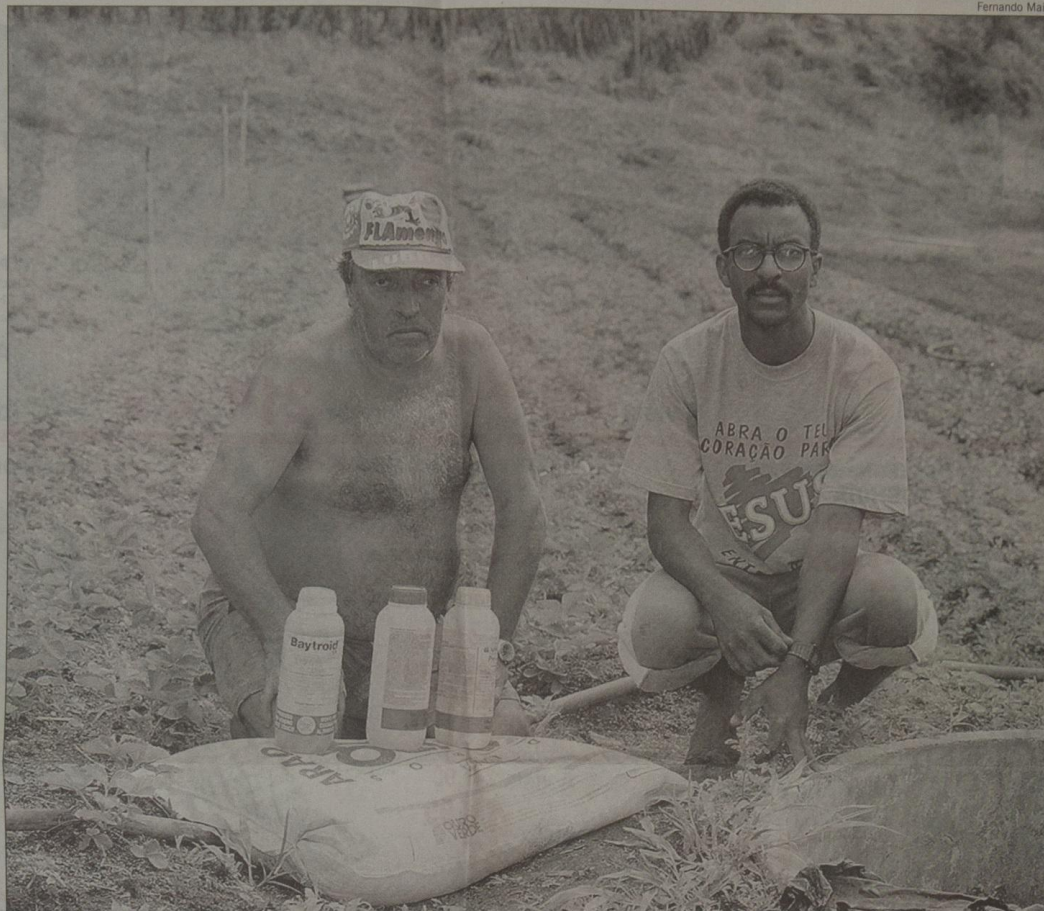
— Não queremos apavorar a população. Quem comer esses produtos não vai cair duro, mas com certeza esses testes servem como uma indicação de que a situação dos agrotóxicos em alimentos é extremamente grave — disse o deputado estadual Carlos Minc (PT), presidente da Comissão de Meio Ambiente da Alerj.

Material para exame é coletado na Ceasa e na Cobal

Para realizar a pesquisa, a comissão montou uma equipe que recolheu os produtos na Ceasa, em Irajá, e no hortomercado da Cobal no Humaitá. Os testes que detectaram a presença dos agrotóxicos nos alimentos foram realizados por uma equipe de biólogos da Uerj, sob a coordenação do professor Mauro Velho de Castro Faria, chefe do Departamento de Biologia Celular e Genética.

— Na realidade, não há o controle de resíduos de agrotóxicos. Do jeito que a agricultura vem sendo feita, sempre vamos encontrar amostras com doses acima do considerado tolerável — disse o professor Mauro Faria.

O método utilizado pelos biólogos da Uerj foi o de inibição en-



OSVANDO E ORDELI não fazem idéia do que é um piretróide (defensivo altamente tóxico), mas toda semana jogam o veneno em sua plantação de morangos

zimática. Por essa técnica, se as amostras coletadas contêm agrotóxicos, a ação de enzimas fundamentais para o sistema nervoso é neutralizada. O professor Mauro Faria, responsável pelo exame dos alimentos, lembra que essa única análise não pode ser considerada como definitiva.

— Para podermos afirmar com toda convicção que há contaminação, precisaríamos fazer o mo-

nitramento de forma rotineira. De qualquer maneira, os resultados são um indicio muito forte do que podemos encontrar.

No laboratório da Uerj, a constatação da presença dos agrotóxicos gerou uma reação: a bióloga Cláudia Moura, que trabalhou nos testes, passou a lavar todo o brócolis que entra em sua casa.

— Eles devem ser lavados com detergente; e depois muitos bem

enxaguados — ensina a bióloga.

O subsecretário estadual de Meio Ambiente, Carlos Henrique Abreu Mendes, que coordena os trabalhos para a reestruturação da Cecab, admite que atualmente não é feito qualquer tipo de monitoramento de alimentos no estado, mas garante que dentro de muito pouco tempo será implantado um projeto-piloto em quatro municípios responsáveis por

grande parte dos hortifrutigranjeiros produzidos no Rio: Friburgo, Teresópolis, Sumidouro e Bom Jardim. Seis grupos, reunindo 20 entidades, estão trabalhando para que a Cecab volte a atuar, mas isso vai depender de recursos. Só para iniciar o monitoramento em alimentos e trabalhadores e mantê-lo até o fim do ano, serão necessários R\$ 500 mil.

Luiz Alberto Pereira, gerente

da Divisão Técnica da Ceasa — que é responsável pela distribuição de cerca de 70% de todos os produtos consumidos no Rio —, confirma que os hortifrutigranjeiros vão para a mesa do carioca sem qualquer controle:

— Há muitos anos, foi feita alguma coisa, mas atualmente, não. A possibilidade de contaminação é real. O uso do agrotóxico é feito sem qualquer controle. ■

Não há dados sobre as vítimas no Rio

Notificação é obrigatória, mas os números ainda são considerados inexpressivos

• Não existem dados precisos sobre o número de contaminados por agrotóxicos no Rio. Nem em relação aos trabalhadores do campo, nem de pessoas que possam ter se contaminado por ingestão de alimentos. Os trabalhos nessa área são poucos. No Rio, a Fiocruz através do Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana (Cesteh) realiza uma pesquisa em seis municípios do interior: Cantagalo, Friburgo, Sumidouro, Cordeiro, Petrópolis e Casias.

Embora os casos de intoxicação sejam considerados de notificação obrigatória, os números são considerados inexpressivos pelo coordenador do Cesteh, o agrônomo Luiz Cláudio Meirelles. O projeto do sistema de vigilância de casos de intoxicação por agrotóxicos começou a ser im-

plantado em maio de 1995. Em um ano e meio (de janeiro de 96 até agosto de 97) foram registrados 120 casos de intoxicação.

— O serviço de saúde é pouco informado sobre intoxicação por agrotóxico — diz Meirelles.

O médico Afrânio Gomes Pinto Júnior, do Ministério da Saúde e um especialista nesses casos, confirma. Em conjunto com o Cesteh, ele está fazendo um levantamento no município de Cantagalo. A pesquisa revelou que, das 130 pessoas examinadas, 53% apresentaram sinais claros de intoxicação por agrotóxicos.

— A região não é de agricultura, mas de pecuária. Esse pessoal está se contaminando ao fazer o tratamento contra parasitas no gado. Os princípios ativos são idênticos aos agrotóxicos — diz Afrânio Gomes Pinto Júnior ex-

plica que existem três tipos de contaminação por agrotóxicos: aguda, subaguda e crônica. Nos casos agudos, quando a pessoa fica em contato com uma grande quantidade do produto, as reações são imediatas. Os agrotóxicos que usam organofosforados causam dor de cabeça, náuseas, vômitos, falta de ar e vertigens. O tratamento é relativamente fácil. Nos casos crônicos, no entanto, a situação é bem diferente.

— Muito pouca gente tem conhecimento específico sobre os quadros de intoxicação por agrotóxicos. Os cursos de medicina não têm a cadeira de toxicologia. Na verdade, o tratamento é feito, muitas vezes, pela eliminação à exposição — disse o médico.

Ele conta que nas entrevistas que fez em Cantagalo para a investigação epidemiológica mu-

ltiplas vezes as pessoas nem percebem que estão intoxicadas:

— A longo prazo, alguns desses produtos podem gerar danos neurológicos irreversíveis. Sem dúvida, alimentos com resíduos de agrotóxicos podem gerar consequências graves para a saúde.

Segundo o médico, a sistemática de notificação dos serviços de saúde não leva em conta os casos de intoxicação por agrotóxicos. Somente em 1996 o Ministério da Saúde baixou uma portaria tornando obrigatória a notificação dos casos de intoxicação.

— O país inteiro não dá a devida atenção a esse problema. Morre-se mais de agrotóxicos do que de sarampo, meningite ou rubéola. Isso tem uma importância muito maior epidemiologicamente do que se imagina — diz Afrânio Gomes Pinto Júnior. ■

'Sulfatar', um neologismo para a aplicação de veneno

Agricultor joga piretróide na plantação de morango toda semana, inclusive três dias antes da colheita

• O agricultor Ordeli Costa de Paula, de 23 anos, não faz a menor idéia do que seja um piretróide. Mas, pelo uma vez por semana, ele dá um "banho" nas mudas de morango que cultiva em Campo do Coelho, distrito de Nova Friburgo, com o agrotóxico Baytróide, que é classificado pelo Ministério da Agricultura como extremamente tóxico. Mas não é só. Ordeli usa, no mínimo, outros dois agrotóxicos.

A falta de informação também vem em doses extremas. Quando *sulfata* — neologismo criado pelos agricultores para a aplicação de agrotóxicos — Ordeli não usa botas, máscara ou qualquer outro tipo de proteção:

— Não precisa, não. Esse vene-

no é fraco. Tem outro que arde um pouco os olhos. Como a plantação é rasteira, a gente não corre o risco de respirar o veneno.

Os agrotóxicos ele compra numa loja de Friburgo, sem qualquer orientação por parte de agrônomos ou técnicos agrícolas. Os prazos que devem ser respeitados antes da colheita para a venda são um completo mistério para Ordeli e seus companheiros. De acordo com o agrotóxico, o produto não deve ser aplicado num prazo de 10 a 15 dias antes. Na plantação de Ordeli e de seu sócio Osvaldo Roberto de Paula, isso é desconhecido.

— Se a gente vai colher o morango na sexta, faz a *sulfatação* na terça — diz ele. ■

Fernando Maia

Dez mil mortes a cada ano

• O Brasil está entre os maiores consumidores mundiais de defensivos agrícolas, cujo uso indiscriminado, segundo dados do Ministério da Saúde, provoca cerca de dez mil mortes por ano. Estudos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) indicam que o consumo de pesticidas no Brasil cresceu 44% em dez anos, saltando de um quilo por hectare em 1983 para 1,44 kg em 1993.

Esse aumento do uso dos agrotóxicos não resultou, porém, em quedas drásticas nas perdas agrícolas atribuídas a pragas e doenças. Por outro lado, os problemas devidos à contaminação de alimentos e os casos de intoxicação de agricultores aumentaram significativamente. Segundo o Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas (Sinitox), as intoxicações por agrotóxicos cresceram 18% entre 1993 e 1995. Em 1995, dos 4.775 casos de intoxicação por agrotóxicos registrados, 877 atingiram crianças de até 14 anos. Isso equivale a 18% dos casos e é um indicador da larga utilização de mão-de-obra infantil no campo.